

## **EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: POSSIBILIDADE OU UTOPIA?**

**Ana Paula da Silva Freitas<sup>1</sup>**

**Aurino Ferreira de Lima<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo principal compreender as concepções de *sexualidade* de professores de escolas públicas da Região Metropolitana do Recife. Para tanto foi aplicado um questionário a 20 (vinte) professores (um de cada escola). Em momento posterior, 04 (quatro) destes educadores participaram de uma entrevista semiestruturada, conforme a disponibilidade de tempo deles, e outros 06 (seis) da observação participante em sala de aula. A breve revisão de literatura dialogou com alguns autores que abordam a temática sexualidade, no campo político, histórico, social, religioso e cultural, mostrando como isto pode influenciar o indivíduo em cada sociedade. Apesar das políticas educacionais discutirem a sexualidade por outros vieses e os educadores investigados também nas suas falas, compreenderem a temática para além do campo biológico, ao investigarmos suas práticas, no entanto, pudemos perceber que a educação sexual ainda está longe de ser discutida em sua complexidade e amplitude.

**Palavras-chave: Sexualidade. Educação Sexual. Formação Continuada.**

---

<sup>1</sup> Concluinte do Curso de Pedagogia 2014.1.

<sup>2</sup> Professor Orientador. Docente do PPGE/UFPE.

## 1. INTRODUÇÃO

A *Sexualidade* é um tema banalizado em nossa sociedade. No entanto, é negada uma discussão ou uma compreensão adequada sobre o que de fato representa a sexualidade para nós. A nudez é estimulada constantemente e muitas vezes até precocemente. O clima tropical também é utilizado como justificativa para se andar com roupas mais leves – ou com menos peças - pelas ruas. As mulheres são diariamente direcionadas a padrões de beleza pré-estabelecidos e, na maioria dos casos, são valorizadas pela beleza ou formas físicas que possuem.

Uma das grandes responsáveis por essa valorização excessiva do corpo é a mídia. Novelas diversas (como *Malhação*, *Avenida Brasil*, *Salve Jorge*, dentre outras apresentadas pela Rede Globo de Televisão) são exemplos reais nos quais o corpo, principalmente o feminino, é utilizado para atrair a audiência dos telespectadores. Ou seja, trata-se de um recurso midiático para conquistar, aumentar ou manter a audiência. Mesmo quando assistimos outras programações na televisão, de um modo geral, vimos o forte apelo sensual - inclusive em simples comerciais, nos quais o corpo humano é apresentado como objeto de troca.

Compreendemos, assim, ser relevante discutir a temática citada uma vez que o mundo contemporâneo coloca, diante de nós, problemáticas diferentes daquelas enfrentadas por educadores em épocas que nos antecederam. O mundo mudou, bem como as formas de educar, os materiais pedagógicos, os docentes, os alunos, ou seja, a sociedade em geral.

O título deste artigo, ao questionar acerca da possibilidade ou utopia da educação sexual na escola, remete à dificuldade real de discutirmos a educação sexual de modo mais amplo não apenas na escola, mas a partir dela. A necessidade de refletirmos sobre o tema é clara, explícita, sendo, inclusive, proposta em leis, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), nos currículos – explícitos ou não -, entre outros espaços. No entanto, mesmo embasada, necessária e urgente a temática *sexualidade* está muito aquém do que se espera, visto que engloba valores e posicionamentos que precisam ser discutidos e, talvez, modificados.

Entendemos que esse processo é permeado por relações de poder, posições sociais e políticas, implicações tais que nos levam a pensar que discutir a educação sexual -

dentro ou mesmo fora da escola - pode sugerir algo, no mínimo, bastante ousado ou até mesmo utópico.

Compreendemos que a escola não deve ser, portanto, um espaço de exclusão, como ocorre muitas vezes. É preciso haver a busca por uma educação sexual que abarque a diversidade. Assim, alguns conceitos – que reverberam em preconceitos - precisam ser desconstruídos, enquanto outros devem ser repensados ou resignificados - como, por exemplo, o respeito ao outro a fim de que a relação interpessoal possa ser relevante.

Após refletir sobre as questões citadas, buscamos efetuar a investigação atual por compreendermos que a escola é uma instituição que presta serviços à sociedade e, sendo assim, deve realmente estar a serviço de todos, em geral. Somos todos humanos, sujeitos de direitos e deveres, mas, ao mesmo tempo, diferentes em nossas características e especificidades.

O objetivo principal deste trabalho foi compreender as concepções de sexualidade dos professores de escolas públicas da Região Metropolitana do Recife, que atuam no 6º ano da Educação Básica. Para tanto, buscamos conhecer também os meios disponibilizados a tais educadores nesse processo de apreensão do conhecimento - capacitação ou formação continuada - disponibilizados por órgãos diversos a fim de analisarmos se a organização do trabalho docente - para que os educadores possam fazer a transposição didática de forma eficaz – é adequada.

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E METODOLOGIA**

Em pesquisa realizada anteriormente com 92 alunos de uma escola estadual, sobre Gravidez Precoce (SILVA, et al., 2012) observou-se que entre os professores e alunos a temática sexualidade não é abordada com frequência no dia a dia da sala de aula.

Durante a Disciplina PPP (Pesquisas de Práticas Pedagógicas) foi possível refletir e buscar compreender como a escola intervém na educação sexual dos alunos. Ao conversarmos com alguns educadores sobre a importância do diálogo, os professores afirmaram não se sentir qualificados para lidar confortavelmente com este tema quando alguns casos ocorriam na escola.

Alegaram ter se deparado, por diversas vezes, com situações embaraçosas entre dois ou mais alunos e até mesmo presenciado a prática de atos sexuais em espaços

específicos - como os banheiros da escola. Quando estes fatos aconteceram, tais educadores ficaram sem saber qual a atitude mais coerente deveria ser adotada. Sempre que possível solicitaram a ajuda dos profissionais de saúde das USF's (Unidades de Saúde da Família) para que estes profissionais ministrassem palestras educativas sobre a temática *Educação Sexual*.

Participarmos de uma das palestras realizadas pela equipe de Saúde da Família e vimos que a discussão da temática *sexualidade* ocorria no tocante à prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), da AIDS e da gravidez precoce, apresentando uma perspectiva predominantemente biológica.

Compreendemos que a prevenção de doenças deve fazer parte da educação sexual, mas não se encerrar nela. Pode, inclusive, ser usada como um viés para uma discussão mais ampla. A percepção que tivemos foi a de que, ao falar em prevenção, a equipe responsável pela palestra já englobava a temática sexualidade, como se esta fosse algo simples, sem levar em consideração a complexidade que apresenta.

Apesar de a sexualidade ser estimulada de forma tão precoce e, muitas vezes, inconsequente em nossa sociedade, principalmente na mídia, os educadores em sua maioria não se sentem preparados ou aptos para lidarem com essa situação.

Seria o tema sexualidade ainda um *tabu* em nossa sociedade, dificultando o diálogo aberto e constante entre professores e alunos de nossas escolas? Quais concepções de sexualidade circulam nos discursos dos professores? Que estratégias utilizam para lidar com esta temática? Estas foram algumas das indagações que nortearam essa pesquisa.

Passamos a questionar se, de fato, existia a educação sexual nas escolas, proposta pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB 9495/96), que ajuda a embasar os Parâmetros Curriculares Nacionais e, conseqüentemente, influencia na construção do currículo, norteando as ideias que devem compor a formação dos alunos.

Uma possibilidade aventada é a de que talvez a dificuldade em dialogar sobre sexo na escola possa estar na dificuldade de se abordar, discutir a temática sexualidade, pois sabemos que não apenas o ato biológico deve ser levado em conta. A pluralidade de implicações pode trazer dificuldades no diálogo entre os sujeitos que convivem no ambiente escolar. Sobre este aspecto nos alerta Patton (1991 apud BRITZMAN, 1999, p. 87): “[...] a linguagem do sexo, é tão imprecisa, tão polivalente, que é ‘difícil’ saber

quando estamos falando sobre sexo e quando estamos falando sobre negócios ou política ou outras questões importantes (como educação).”

A citação embasa a argumentação de que a sexualidade deve ser observada investigada e discutida para além do ato sexual – apenas um dos aspectos que envolvem a temática, em si mesmo complexa e ampla.

Buscamos verificar, no decorrer da investigação, se havia a oferta de formações temáticas para os educadores desta modalidade de ensino, ou seja, se existe realmente uma proposta de educação continuada para os professores que estão nas salas de aula atualmente – uma vez que sabemos não estar a temática ofertada academicamente de forma obrigatória na maioria dos cursos de formação de professores.

Optamos por uma abordagem qualitativa que mescla dados bibliográficos e dados oriundos da pesquisa de campo.

A etapa bibliográfica teve como lócus os seguintes documentos: a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB – Lei 9495/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), os Parâmetros Curriculares de Pernambuco (PCP's), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e o Projeto Político- Pedagógico (PPP) de uma Escola Estadual em vigência para 2014. Em tais documentos nosso interesse foi verificar as proposições acerca da temática sexualidade a fim de confrontar, posteriormente, com as repostas apresentadas pelos professores.

Participamos de uma formação continuada oferecida pela Gerencia Regional Metropolitana (GRE), sobre os Parâmetros Curriculares de Pernambuco, para professores de Ciências, que lecionam para alunos a partir do 6º ano do Ensino Fundamental II. Estes professores responderam um questionário que elaboramos com 08 (oito) questões.

A investigação de campo concentrou-se em 20 (vinte) professores vinculados à Rede Estadual de Ensino, dentre os quais dezessete eram do sexo feminino e três do sexo masculino, com idades entre 25 e 32 anos. A escolha dos sujeitos investigados deu-se, prioritariamente, por serem de 20 (vinte) instituições distintas e atuarem na disciplina *Ciências* e também porque, em momentos anteriores, ao dialogarmos informalmente com outros educadores, estes apontavam os professores de Ciências como profissionais adequados a abordarem a educação sexual em sala de aula. A alegação era a de que os educadores de Ciências eram apontados por compreenderem melhor o funcionamento do corpo humano. Tal assertiva também pode ser encontrada

como orientação nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais). Buscamos compreender se, de fato, estes educadores eram preparados para lidar com situações que envolvessem a temática *sexualidade* em sala de aula.

Coletamos as informações que analisamos por meio de instrumentos de investigação como observação participativa (pois era permitido que nós interferíssemos e questionássemos se necessário), questionários e entrevistas semiestruturadas. Tais ferramentas são as que mais se adequam à necessidade da situação pesquisada (BARDIN, 2009) a fim de constatar as qualificações destes profissionais. Algumas perguntas foram direcionadas à verificação de informações simples, mas relevantes, como por exemplo, o tempo de atuação na Educação Básica, se a formação (graduação) era na área correlata, se havia formação continuada, dentre outras. Caso à questão da formação em serviço fosse afirmativa, indagamos quem a ofertava – se as Gerências ou Secretárias de Educação vinculadas ao Governo do Estado ou outra instituição.

Através de uma entrevista, pudemos averiguar se algum professor já havia trabalhado com a temática sexualidade na escola buscando identificar a forma de trabalho (se através de filmes, palestras, grupos etc.). Por meio da entrevista, sondamos, também, as dificuldades reais que os educadores enfrentavam na escola de forma geral no que diz respeito à educação sexual.

Na entrevista, os professores informaram que usavam os PCN's para elaborarem seus planejamentos anuais. No entanto, quando observamos a prática em sala de aula, percebemos que os educadores privilegiam a abordagem biológica – quando não utilizam apenas esta - apesar de buscarem dar uma nova roupagem, mais moderna, em relação a outros professores de disciplinas diferentes que havíamos observado em momento anterior - utilizavam filmes, promoviam eventos e palestras, dentre outros métodos. Porém, isto não descaracteriza uma abordagem biológica, uma vez que não se discute da forma ampla e necessária que este tema precisa para ser trabalhado na escola e em outros espaços propícios do modo como deixam explícitos os PCN's.

### **3. Fundamentação Teórica**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) são referenciais propostos pelo Ministério da Educação (MEC) que devem servir como base para a elaboração de uma proposta curricular, oferecendo aos educadores uma nova abordagem metodológica.

Sugerem a inserção dos indivíduos na vida adulta mostrando ao professor a importância da contextualização dos conteúdos. Apresentam temas transversais como Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Ética, Saúde, Sexualidade além de temas mais regionais, localizados. Os PCN's não incentivam a criação de novas disciplinas, mas propõem que os temas arrolados sejam abordados de forma interdisciplinar, agregados aos conteúdos, para que possam ser discutidos do ponto de vista social e político sempre que seja necessário e não de forma pontual, como na maioria das vezes é abordado.

Os temas transversais são sugeridos desde o objetivo, passando pelo conteúdo que perpassa todo o currículo e tanto este quanto o Projeto Político-Pedagógico de uma escola, ressaltam que os PCN's, nunca devem ser apresentados como concluídos, terminados, pois são passíveis de mudança e adaptação, sempre por meio de um constante processo reflexivo.

Elaborados de forma específica para cada disciplina, os PCN's são compostos por dez volumes e atendem a ciclos específicos. Dentre esses volumes, há um voltado à educação sexual sendo esta discutida, abordada somente na disciplina de Ciências no segundo ano do segundo ciclo, como conteúdo específico, de forma biológica, apesar de citar os demais componentes (social, cultural, etc.). Ou seja, desde o primeiro ciclo aparece como tema transversal, multidisciplinar ainda que não exemplifique o modo como será trabalhado em sala de aula.

A sexualidade é apresentada nos PCN's de forma que a escola a trate como algo natural e fundamental na vida das pessoas, incentivando, inclusive, que seja levado em conta o que as crianças e os adolescentes trazem consigo, historicamente, respeitando os valores da família e, também, a partir de suas próprias experiências de vida.

Para os PCN's a escola não deve interferir na escolha sexual do indivíduo e sim possibilitar a reflexão e o debate, no qual o próprio aluno possa encontrar condições de fazer suas escolhas. Vamos nos deparar com a proposta da educação sexual, explicitamente, apenas no primeiro ano do terceiro ciclo, que equivale ao sexto ano – foco de nossa pesquisa.

A sexualidade não deve ser tratada como um conteúdo simples, que se aplica de uma só vez. A educação sexual é algo de maior proporção que engloba vários fatores, pois sofre influência de várias relações com o meio que cada indivíduo vive. Dentre estas podemos citar experiências de vida, sua cultura e valores, por isto é tido como um

dos temas transversais e como não cabe a uma única disciplina, é pensada para ser trabalhada de forma interdisciplinar pelos os PCN's.

Em todos os estudos, independentemente das relações enfocadas, é importante favorecer o desenvolvimento de atitudes de respeito pelas diferenças individuais, de apreço pelo próprio corpo e de autoestima, por meio do autoconhecimento, em conexão com Saúde. O conhecimento sobre o corpo humano para o aluno deve estar associado a um melhor conhecimento do seu próprio corpo, com o qual tem uma intimidade e uma percepção subjetiva que ninguém mais pode ter, já que cada corpo é individual, único. Estando relacionado a aspectos individuais, emoções e histórias de vida, o ensino da saúde é particularmente apropriado para trabalhar com cuidado a dimensão das atitudes e valores. O planejamento de atividades específicas para a discussão e promoção de valores é interessante em todos os ciclos. (PCN, 1997, p. 46).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem que a educação sexual seja trabalhada, como um tema interdisciplinar e de forma transversal, os PCN's são divididos em vários eixos. A sexualidade é tratada neste caso, no eixo de saúde. No entanto só identificamos sua presença nos Parâmetros Curriculares de Ciências Naturais. Entendemos, portanto, que nesta proposta a interdisciplinaridade deve surgir a partir do professor de Ciências, sendo este educador indicado para buscar o envolvimento dos demais professores em um projeto contínuo e interdisciplinar.

Os eixos temáticos foram elaborados de modo a ampliar as possibilidades de realização destes Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências Naturais, com o estabelecimento, na prática de sala de aula, de diferentes sequências de conteúdos internas aos ciclos; o tratamento de conteúdos em diferentes situações locais e o estabelecimento das várias conexões: entre conteúdos dos diferentes eixos temáticos, entre esses e os temas transversais e entre todos eles e as demais áreas do ensino fundamental. Tais conteúdos podem ser organizados em temas e problemas para investigação, elaborados pelo professor no seu plano de ensino. Com isso, não se propõe forçar a integração aparente de conteúdos, mas trabalhar conhecimentos de várias naturezas que se manifestam inter-relacionados de forma real. (PCN, 1997, p. 58).

Os Parâmetros Curriculares de Pernambuco (PCP), por sua vez, também são divididos em vários eixos. Dentre estes, a educação sexual é abordada no eixo *Ser Humano e Saúde*, pois tem como base os PCNS. O que diferencia estes parâmetros é a flexibilidade de cada estado trabalhar com suas especificidades. Nos Parâmetros de Pernambuco,



Justifica-se o ensino desse eixo, a fim de promover o bem estar físico, psicológico, cognitivo e social, numa perspectiva do estudante como ser integral. Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem que os estudantes desenvolvam o conhecimento sobre a constituição e o funcionamento do próprio corpo, promovendo uma percepção subjetiva e de intimidade, já que cada corpo é individual. Assim, é fundamental que o estudante conheça, além do próprio corpo, a relação deste com o ambiente no qual está inserido, bem como as condições promotoras da saúde. (PCP, 2012, p. 47).

Ao analisarmos os Parâmetros de Pernambuco, identificamos ser a educação sexual, como tema transversal, incentivada desde o primeiro ciclo, não abordado de forma pontual, mas de modo natural, levando à reflexão do corpo sob várias aspectos, como também está posto nos PCN's.

O último documento analisado foi o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola estadual que tivemos acesso. De um modo geral, seus objetivos são claros, coerentes e flexíveis. Este PPP demonstra realmente ter sido feito para a escola que o formulou por levar em consideração as especificidades da comunidade na qual está inserida a instituição.

Quanto à questão da Educação Sexual, busca apoio nos PCN's indicando a disciplina de Ciências como momento adequado à transmissão das informações, apresentando uma abordagem biológica acerca da sexualidade. Não identificamos a educação sexual sendo abordada nos conteúdos de qualquer outra disciplina. Em momento algum a sexualidade é pensada no sentido político, histórico e social, muito menos prevista como tema interdisciplinar ou transversal. Assim, este documento não está de acordo com os PCN's, nos quais

Para que o aluno compreenda a integridade do corpo, é importante estabelecer relações entre os vários processos vitais, e destes com o ambiente, a cultura ou a sociedade. São essas relações que estão expressas na arquitetura do corpo e faz dele uma totalidade. Discernir as partes do organismo humano é muitas vezes necessário para entender suas particularidades, mas sua abordagem isolada não é suficiente para a compreensão da ideia do corpo como um sistema. Portanto, ao se focar anatomia e fisiologia humanas é necessário selecionar conteúdos que possibilitem ao estudante compreender o corpo como um todo integrado, não como somatório de partes. (PCN, 1997, p. 41)

No que se refere ao embasamento teórico dialogamos, neste percurso investigativo, com alguns autores, acerca dos conceitos de *sexualidade* e *gênero*, sobre os quais discorreremos no caminhar do texto.

Atualmente a educação sexual que vivenciamos na escola é, em sua grande maioria, apoiada em uma abordagem biológica, na qual é meramente tratada a higiene corporal vista, de fato, como saúde pública, ou seja, uma forma prática para educar o corpo, para uma sociedade *normal*. Louro (1997, p.17) demonstra que,

A despeito de todas as oscilações, contradições e fragilidades que marcam esse investimento cultural, a sociedade busca, intencionalmente, através de múltiplas estratégias e táticas, "fixar" uma identidade masculina ou feminina 'normal' e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero 'normais' a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual. (grifos da autora).

De acordo com autora citada, a escola é uma das estratégias que a sociedade utiliza e que tem um papel muito importante e delicado, pois deve instigar as identidades sexuais ditas como *normais* e ao mesmo tempo deve *contê-las*. Cabe à instituição incentivar a heterossexualidade das crianças e adolescentes e adiar o máximo possível o despertar da sexualidade das crianças e adolescentes.

Louro (1999, p. 4) afirma, ainda, que a sexualidade, “não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política.” Assim, estamos de acordo com a concepção trazida por esta autora, uma vez que compreendemos ser a sexualidade bem mais que seu aspecto biológico apenas. Outra questão que merece é a reflexão que a sexualidade é ‘aprendida’, ou melhor, “é construída, ao longo de toda vida, de muitos modos, por todos os sujeitos”. (LOURO, *Op. Cit., Idem*).

Foucault (1993, p. 243) é outro autor que nos ajuda a problematizar o conceito de sexualidade ao apresentá-lo como um *dispositivo histórico*, ou seja, trata-se de “uma invenção social, uma vez que, se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre sexo: discursos que regulam, normatizam que instauram saberes, que produzem ‘verdades’.”

Sua definição de *dispositivo* sugere, ainda, a direção e a abrangência de nosso olhar.

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não-dito são elementos

do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1993, p. 244).

Muitos consideram a sexualidade como algo natural, inato. No entanto, podemos asseverar que a sexualidade é algo *dado* e muitas vezes *sugerido* e *cobrado*, como nos pode demonstrar Louro (1999).

Nossas identidades sexuais já sofrem influência desde o momento de nossa concepção como se fosse algo estático, imutável. Ao nascermos, a sociedade na qual somos inseridos sem escolha própria, define os papéis sexuais que exerceremos daí por diante.

Em qualquer grupo social que participemos, voluntariamente ou não, nossas identidades são moldadas e adequadas às especificidades da cultura. A escola por sua vez, é um dos ambientes conservadores e propícios à reprodução de estereótipos sendo, também, um espaço de intervenção real e efetiva.

Neste mesmo espaço comportamentos *adequados* são forjados o que termina por incentivar, fomentar, muitas vezes, certa intolerância em relação a quem ousa discordar das formas impostas como corretas, ou seja, aqueles que discordam do que está posto, normatizado.

As mudanças que ocorreram no século XX em praticamente todo o mundo trouxeram novas possibilidades de reflexão e ação. O aumento do conhecimento acerca das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's) e a liberdade sexual buscada pelas mulheres contribuíram em parte para essas mudanças, que reverberaram no campo político, econômico e social interferindo de forma direta nas novas identidades que surgiram. Sobre a forja dessas identidades, Louro (1999, p. 6) alerta que é

[...] no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais.

Desse modo, podemos afirmar que a identidade sexual na sociedade passa a ter o poder de definir o que deve ser considerado *normal* - ou anormal - de tal maneira que pode levar a destinos trágicos em algumas situações.

Acerca de tais situações, Foucault nos leva a refletir ao narrar as memórias de um hermafrodita francês do século XIX, Herculine Barbin, que foi

Criada como uma moça pobre e digna de mérito num meio quase que exclusivamente feminino e profundamente religioso, Herculine Barbin, cognominada Alexina pelos que lhe eram próximos, foi finalmente reconhecida como sendo um "verdadeiro" rapaz; obrigado a trocar legalmente de sexo após um processo judiciário e uma modificação de seu estado civil, foi incapaz de adaptar-se a uma nova identidade e terminou por se suicidar. Sou inclinado a dizer que a história seria banal, se não fossem duas ou três coisas que lhe dão particular intensidade. (FOUCAULT, 1982, p. 5).

No exemplo citado, o fato de ter sido criada como mulher possivelmente desencadeou expectativas de uma identidade, de um modo de ser, de se comportar *adequado*. Foi levado em consideração não o que, de fato, era a vontade de uma pessoa, e sim o mais conveniente, como se o órgão genital, visto como superior por ser masculino, pudesse definir um indivíduo.

Assim, nesta nossa investigação, também observamos ser interessante utilizarmos o conceito *gênero*, uma vez que compreendemos que o que nos define não é o biológico e sim o social, bem como as relações de poder que se estabelecem nas relações humanas. Sobre este conceito, Louro (1997, p. 41) afirma que,

O gênero não é uma simples categoria analítica; ele é, como as intelectuais feministas têm crescentemente argumentado, uma relação de poder. Assim, padrões de sexualidade feminina são, inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável — um poder historicamente enraizado.

É preciso destacar que as relações com a sexualidade não tem o mesmo peso, a mesma intensidade para o homem ou mulher. É lugar-comum que, para ele, o ato sexual é algo avassalador, intrépido logo, incontrolável; para a mulher, no entanto, é constantemente difundido ser algo tranquilo, singelo e, conseqüentemente, controlável.

Os diferentes grupos sociais utilizam a representação para forjar a sua identidade e as identidades dos outros grupos sociais. Ela não é, entretanto, um campo equilibrado de jogo. Através da representação se travam batalhas decisivas de criação e imposição de significados particulares: esse é um campo atravessado por relações de poder. [...] o poder define a forma como se processa a representação; a representação, por sua vez, tem efeitos específicos, ligados, sobretudo, à produção de identidades culturais e sociais. (SILVA, 1998, p. 16).

Além das diferenças entre homens e mulheres, temos que refletir que a sexualidade também é compreendida de formas diferentes de acordo com a classe social, os padrões culturais, entre outros aspectos. Nossa origem europeia, branca e -

tida como - superior, com suas crenças e valores diferentes de outros povos e nações, contribui para a difusão de outros preconceitos – para além da inferioridade feminina em relação ao masculino – como, por exemplo, a ideia difundida de que os negros por terem uma vida menos privilegiada e mais natural que os brancos, em seus atos sexuais eram mais selvagens, como nos mostra Coward, (1983, p. 35):

As ideologias sexuais da última parte do século XIX apresentavam a pessoa negra — "o feroz selvagem" — como situado mais abaixo, na escala evolutiva, do que a branca: mais próxima das origens da raça humana; isto é, mais próxima da natureza. Tais visões sobreviveram mesmo entre os antropólogos culturalmente relativistas que deslocaram muitos dos teóricos evolucionistas depois da virada do século.

Entendemos que esta temática traz no seu bojo uma série de desdobramentos, cujos antecedentes e consequentes podem e devem ser discutidos, dialogados e refletidos no ambiente escolar. É preciso que haja um espaço no qual a temática sexualidade deixe de ser um *tabu* e passe a ser algo inerente à prática cotidiana das instituições educativas desde a educação elementar.

#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Um dos instrumentos utilizado para este trabalho foi um questionário, elaborado com oito questões. A primeira questão referia-se à formação, bem como ao tempo que o profissional atuava na área. Dos 20 entrevistados, 18 eram graduados em Ciências Biológicas com Especialização *Lato Sensu* em áreas a fins. Dos outros, um era formado em Química e o outro em Administração. Quanto ao tempo de atuação, havia professores que atuavam na Rede Pública entre 02 e 30 anos e, ainda assim, a maior parte deles nunca havia participado de qualquer formação continuada que abordasse o tema sexualidade.

Dentre os que participaram (06) fizeram-no de modo voluntário, por interesse próprio, em instituições afins que ofereciam discussões sobre a temática.

Uma questão muito importante do questionário versou sobre os PCN's e o PCP. Todos os investigados responderem que a educação sexual também deve ser abordada na escola, como prevê os PCN's, como tema transversal e interdisciplinar. Afirmaram

também que mesmo não se sentindo capacitados o suficiente quanto ao tema, ao surgir o alguma pergunta em sala de aula, procuravam tirar as dúvidas dos alunos.

Quando questionamos como a educação sexual deveria ser abordada na escola, muitos afirmaram que deveria ser a partir do Projeto Político Pedagógico, como tema interdisciplinar, como propõem os PCNs, a partir das dúvidas dos alunos. Apresentaram, ainda, sugestões de trabalharem com a temática por meio de debates, filmes, palestras e diálogo individual quando necessário.

Dentre os educadores investigados, a professora A enfatizou que a temática deveria ser abordada de forma séria, mostrando aos alunos as consequências de algumas atitudes.

Outro educador inquirido afirmou que os educadores,

Deveriam ser capacitados continuamente sobre sexualidade e ainda a escola deveria contar com uma ajuda de um psicólogo para lidar com situações delicadas. Se não pudesse contar com um profissional fixo, ao menos utilizar um profissional em constante rodízio, como forma de ajudar os professores e alunos a lidarem com este tema. (PROFESSOR B).

Talvez o motivo de todos os professores concordarem que este tema seja discutido em sala de aula, deva-se ao fato de serem profissionais que lecionam na disciplina de Ciências, pois quando dialogamos de modo informal com outros professores que atuam em outras disciplinas a opinião é que esse tema deva ser discutido por profissionais da área de saúde ou por professores de Ciências ou Biologia.

Uma das intenções de observarmos este fato é que não só educadores de outras disciplinas como também os próprios PCN`s apontam os professores de Ciências ou Biologia como os mais aptos para alavancarem qualquer projeto sobre educação sexual na escola, por terem um conhecimento maior sobre o corpo humano. No entanto, estes professores, também não se sentem aptos. Afinal não estamos falando apenas de uma abordagem biológica. Assim, na fala de alguns professores identificamos que os mesmos não estão preparados, ao menos, para tratar a temática sexualidade sob o viés biológico – muito menos aptos estão para darem das demais abordagens envolvidas.

Algo que despertou nossa atenção foi o fato de os Parâmetros Curriculares de Pernambuco, preveem que a educação sexual seja trabalhada de forma natural desde os primeiros anos escolares, de forma ampla onde o aluno seja ouvido e respondido de forma coerente para cada idade.

Fomos informados com antecedência, que haveria uma formação continuada sobre Educação sexual para professores da Rede Pública Estadual, oferecida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE). No entanto ao chegarmos ao local indicado, a referida capacitação havia sido cancelada naquela data. Os representantes do Sindicato alegaram que a formação não ocorreu devido à falta de profissionais interessados, pois só foram efetuadas duas inscrições pelos educadores. Porém, não foi possível verificar se o ocorrido deveu-se à falta de divulgação ou se realmente não houve interesse da parte dos professores.

Outro diálogo muito importante que tivemos ocorreu com três técnicos de Ciências da Gerencia Regional da Secretaria do Estado de Pernambuco. Eles afirmaram que na Gestão atual – iniciada em 2011 – ainda não havia sido ofertada nenhuma formação continuada sobre sexualidade, pois compreendiam que não cabia mais, nem mesmo na disciplina de Ciências, uma abordagem sexual simplesmente biológica.

Segundo tais técnicos, o objetivo era proporcionar uma formação que instigasse o professor a trabalhar este tema a partir de um projeto interdisciplinar, que envolvesse todos os outros professores de forma continua e ampla. No entanto, ao pedirmos o plano de ensino ou mesmo o projeto que abarcasse esta proposta, fomos informados que ainda era algo que estava em fase de planejamento. Ou seja, encontrava-se ainda em discussão teórica, sem algo por escrito. Deste modo, não conseguimos observar qual seria a abordagem de sexualidade proposta pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco para os professores.

Nas observações participantes, efetuadas em algumas aulas de Ciências sobre o corpo humano, tivemos oportunidade de constatar que os alunos utilizavam a aula para tirarem dúvidas em relação à sexualidade. Apesar de os professores responderem às perguntas dos alunos com clareza, a abordagem biológica nas aulas era nítida.

Em estudo realizado com 93 adolescentes, anteriormente citado (SILVA, et al., 2012), quando questionados sobre os métodos contraceptivos, os adolescentes foram unânimes em responder que sabiam como evitar a gravidez e as DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis). Porém, os meninos preferiam não utilizar um dos métodos mais seguros, ou seja, a camisinha, pois acreditam ser a relação sexual melhor sem o uso do preservativo. Indagados sobre gravidez indesejada, eles alegavam que a obrigação de evitar a gravidez era da menina/mulher, que deveria utilizar outros métodos como, por exemplo, a pílula anticoncepcional ou a injeção.

As meninas, por sua vez, afirmaram que se não tivessem relação sem camisinha, os parceiros procurariam outras meninas que se sujeitassem. Também costumavam não tomar pílula anticoncepcional com regularidade por não saberem quando teriam uma relação sexual. Outras, no entanto, não o faziam com receio de engordar *para não ficarem feias*.

Comentários como estes permitiram compreender a relevância de discutirmos a temática sexualidade, de trabalharmos a educação sexual desde cedo a fim de que possamos aprender, precocemente, a nos valorizarmos como indivíduos de deveres mas também de direitos.

A última parte da análise que trataremos neste artigo diz respeito às entrevistas semiestruturadas com quatro dos professores investigados, escolhidos devido à disponibilidade deles em responder às questões formuladas.

Ao dialogarmos com uma professora, que aqui nomearemos como C, com idade de 36 anos, com atuação de mais de dez anos na Rede Pública de ensino, a mesma informou jamais ter participado de uma formação desta natureza. Ela alegou que conhecia muitos professores que em sua maioria não manifestavam interesse pelo tema em questão. Questionada acerca da necessidade do diálogo sobre educação sexual na escola, ela frisou que esta conversa só deveria existir a partir do Ensino Médio e, preferencialmente, pelo professor de Biologia - ou outro que tivesse competência para falar do assunto. Ressaltou, ainda, que a educação sexual propriamente dita é de inteira responsabilidade da família, pois cada um tem os valores que acreditam serem importantes para transmitir aos filhos. Também alegou que a escola não dá mais conta de suas atribuições referentes aos conteúdos que lhes são cobrados, muito menos das novas demandas que a sociedade visa impor à instituição.

Esta educadora trabalha em duas escolas. Segundo ela isto é necessário para que possa ter uma renda financeira razoável. Sabemos que esta não é uma realidade apenas dela, mas que existem vários outros professores em situações semelhantes. Além disso, é comum haver relatos de profissionais da educação que, para dar conta de suas atribuições, terminam por comprometer outros horários de sua jornada diária – principalmente corrigindo ou preparando atividades.

O ofício do professor talvez tenha uma sobrecarga de trabalho. Porém, é necessário compreender que a educação sexual faz parte das atribuições escolares e o educador não deve deixar de comprometer-se.



Outra professora entrevistada (Professora D), com idade de 28 anos, que leciona há mais de cinco anos na Rede Estadual e tem habilitação em Ciências, afirmou que não achava correto a falta de acesso dos alunos a essa temática. No entanto nunca havia participado de uma formação continuada que o tema sexualidade fosse abordado (na verdade nem sabia que existiam tais formações). Porém, como educadora, sentia-se obrigada a dialogar com os alunos sobre esse tema, mesmo sem estar preparada, pois sabia das consequências, por exemplo, de uma relação sexual sem proteção. Sua postura, todavia, resumia-se a responder a quem a procurasse para questionar algo, devido ao receio de que os pais dos alunos pudessem ter uma reação negativa, caso ela procurasse abordar o tema com regularidade em sala de aula, já que trabalhava em uma comunidade muito violenta e não sabia quem era pai de quem. Por esse motivo sempre que tinha trabalho sobre esse tema, pedia aos alunos que procurassem o posto de saúde para que os profissionais adequados e capacitados nesta área explicassem melhor o assunto.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve como objetivo compreender as concepções de *sexualidade* de professores de escolas públicas da Região Metropolitana do Recife. Buscamos averiguar de forma prática e presencial, como os professores são incentivados a trabalhar este tema na escola. Nesse ínterim, analisamos alguns documentos que visam proteger, promover a saúde e a educação dos adolescentes da nossa sociedade, para compreendermos o que as leis e diretrizes apontavam sobre este tema.

Identificamos, através do questionário aplicado aos vinte professores investigados, que os educadores foram unânimes em reivindicar a importância da educação sexual no dia a dia da escola. Para elaborar seu planejamento, utilizavam-se dos documentos analisados, LDB, ECA, PCN e PCP, que ajudam a embasar o currículo escolar, propõem e instigam os educadores a, de forma interdisciplinar, abordar o tema em sala de aula. No entanto, por meio das observações participantes e das entrevistas verificamos que a concepção de sexualidade dos professores foi predominantemente biológica.

Desta forma, cabe uma indagação: se professores e educadores compreendem a necessidade e a importância de tratar a temática sexualidade, por meio da educação sexual na escola, como ainda podemos estar tão distante desta vivência na prática?

Ao nos depararmos com a literatura utilizada sobre este tema pudemos identificar que educação sexual perpassa por várias áreas, a começar pela formação inicial dos educadores que precisam estar abertos a rever seus valores e, muitas vezes, discutir temáticas diversas com o respeito adequado – ainda que eles tenham concepções diferentes.

Voltamos desta forma ao título do nosso trabalho: *Educação sexual na sala de aula*: possibilidade ou utopia? Entendemos que deve ser compreendida por possibilidade. Trata-se, atualmente, não de algo opcional: para além de uma necessidade por conta das novas demandas dos últimos 30, 40 anos, é um direito do aluno que, infelizmente, continua sendo ignorado.

Numa sociedade machista e preconceituosa como a que vivemos, parece mais fácil lidar com o alto índice de natalidade e mortalidade entre os adolescentes da classe menos favorecida, por exemplo, do que revermos nossos modos de discutirmos a questão das diferenças de gênero, etnia, religião entre outros que a sexualidade perpassa.

O pressuposto com o qual trabalhamos era o de que nem a escola nem os educadores estavam preparados para lidar com este tema, o que foi ratificado pela pesquisa. A investigação permitiu a verificação de que a questão é bem mais ampla e complexa do que se possa imaginar à primeira vista. A educação sexual precisa ser repensada de forma urgente, uma vez que se trata de uma questão social e política, pondo em evidência outras questões fundamentais como a violação do direito dos educandos.

Ficou explícito, também, na análise das entrevistas, que para alguns educadores a questão é predominantemente biológica. Eles sabem que quando os PCNS e outros documentos que utilizamos para embasarmos nosso planejamento relacionam a educação sexual à saúde, não se referem apenas à ausência de doenças; antes, relacionam a sexualidade também ao bem estar, às questões sociais, políticas e culturais que tudo isso implica. Porém, na prática, os educadores continuam tratando o tema como algo biológico.

O que significa, então, estar preparado para lidar com a sexualidade? Talvez a maior dificuldade seja discutir não a relação sexual em si, mas todos os demais processos que a envolvem. Se, de fato, a escola está à serviço da sociedade precisamos rever os outros processos imiscuídos, pois a educação sexual começa desde a concepção do indivíduo e se mescla às demais etapas de seu convívio social.

Ainda que silenciemos ela vai ocorrer de qualquer maneira e, como temos identificado, de modo incorreto na maioria das vezes. Em alguns momentos, os educadores podem ser preconceituosos e moldar as atitudes e corpos não conforme as reais necessidades destes, mas sim ao que um ou outro docente tenha por verdade, impondo-a aos alunos.

É preciso refletir e chamar a responsabilidade para cada um de nós que formamos a sociedade. No caso dos educadores esse compromisso deve ser diário e recorrente. Aspiramos a uma sociedade justa e voltada para valores como, por exemplo, o respeito ao outro, a alteridade. No mais das vezes, no entanto, somos incapazes de fazê-lo para além da teoria.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, Sexualidade e Currículo. *In*: LOURO, Guacira (Org.) *O Corpo Educado*. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999. p. 83-112.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental (SEF/MEC), 1997.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª A 8ª SÉRIES)*: Ciências Naturais. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental (SEF/MEC), 1998.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Recife, PE: *Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PE)*, 2011.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 8 ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

COWARD, R. *Patriarcalis*: sexualidade e relações sociais. Londres, Inglaterra: Routledge & Kegan Paul, 1983.

\_\_\_\_\_. *Toda a verdade: a medicina alternativa mito*. Londres, Inglaterra: Faber, 1989.

FOUCAULT, M. “Prefácio”. In BARBIN, Herculine. *O diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1982.

\_\_\_\_\_. *A história da sexualidade: A vontade de saber*. 11. ed. vol.1. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1993.

FURLANI, Jimena. *Educação Sexual na Sala de Aula. Relações de Gênero, Orientação Sexual e Igualdade Étnico-racial*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. (Org.). *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Trad. Thomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999.

PERNAMBUCO. *Parâmetros Curriculares de Pernambuco*. Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco. Ciências Naturais. Juiz de Fora/MG: CAEd/UFJF, 2012.

SILVA, Thomaz Tadeu da Silva. A poética e a política do currículo como representação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 21. Programa e resumos. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1998. p.199.

SILVA, Ana Paula da. et al. *Educação Sexual dos Adolescentes com foco na gravidez precoce*. Recife, PE: Escola Estadual de Saúde de Pernambuco (EESP), 2012.